



## De mãe para filha, o legado da exclusão social: um estudo de memórias autobiográficas

From mother to daughter, the legacy of social exclusion: a study of autobiographical memories

Luciene Miguez-Naiff  
Universidade Salgado de Oliveira

Celso Pereira de Sá  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Brasil

### Resumo

A presente pesquisa se propôs a descrever e comparar as memórias autobiográficas pautadas em uma vivência de pobreza e exclusão relatadas por 15 mães e 15 filhas. As entrevistas foram submetidas a um procedimento de análise de conteúdo, através da categorização das respostas às diferentes classes de questões colocadas: lembranças da infância, vida amorosa, balanço da condição social, esperanças e arrependimentos. Concluímos que as memórias autobiográficas de mães e filhas trazem sempre à tona a vida de seu grupo social, seja nos relatos de uma infância de violência e trabalho, ou em uma vida atual de altos e baixos financeiros, recheada de situações de desemprego e de carências materiais, além da vida amorosa de solidão. As esperanças são direcionadas para a busca da conquista de seu espaço na sociedade; através da força de vontade pessoal e de oportunidades externas.

**Palavras-chave:** memória autobiográfica; exclusão social; transmissão intergeracional.

### Abstract

This study described and compared autobiographical memories framed by the lived experience of poverty and exclusion as narrated by mothers and their daughters. For the interviews, an outline was prepared, designed to amplify the information, judgements and thinking ventured by the interviewees about their own condition as socially excluded persons and triggered by the act of recalling and narrating their life histories. The lives of mothers and daughters follow similar courses, given that the difficulties encountered by both display the same characteristics marked by their condition as women in an underprivileged social environment. Autobiographical memories highlight the life of their social group, whether in accounts of childhoods of violence and work, or in their present lives of financial ups and downs, with situations of unemployment and material wants. Their hopes are directed to the endeavour to make their way in society by virtue of individual will power and external opportunities.

**Keywords:** autobiographical memory; social exclusion; inter-generational transmission.

### Introdução

O uso das perspectivas conceituais e teóricas da memória social e do campo de estudo de fontes orais, além de contribuições da teoria das representações sociais, como suportes para o presente estudo, exerce papel fundamental para se entender como o fenômeno da exclusão vem agindo ao longo da vida dos indivíduos, em suas práticas sociais do presente, em suas lembranças do passado e, por fim, em seus projetos de futuro.



Criados e pensados em momentos e contextos diferentes, os conceitos de memória social – e seu afim, memória coletiva – e de representações sociais possuem semelhanças e complementaridades muito úteis para o estudo de aspectos do passado e do presente de grupos sociais (Sá, 2005; Roussiau & Bonardi, 2002). Nesta perspectiva, buscamos, nas memórias autobiográficas das mulheres responsáveis pela transmissão intergeracional no grupo familiar, o conteúdo representacional socialmente compartilhado da exclusão, partindo do princípio sugerido por Halbwachs (1925/1994) de que as lembranças individuais estão intrinsecamente imbricadas com a memória coletiva, porque dela fazem parte.

Esse resgate da herança simbólica transmitida de mãe para filha é o que Vitale (2002) chama de “legados geracionais”. Em pesquisa realizada com três gerações de mulheres, aquela autora encontrou três tipos de legados deixados de geração para geração: legados de ordem, legados de solidariedade e legados de fé: “estes legados geracionais representam para estas mulheres as bases para a vida familiar” (p.93).

### **A feminização da pobreza nas famílias brasileiras**

O censo 2000 mostra o crescimento do modelo monoparental, cujo responsável familiar é a mulher, principalmente no início da vida dos filhos. No Rio de Janeiro, 27,7% das crianças de zero a seis anos estão em domicílios chefiados por mulheres. Nessa fase, as crianças precisam de uma infra-estrutura social e econômica para se desenvolver de forma satisfatória. O dado preocupante que o estudo mostrou foi que, no Brasil, 60% das crianças nessa faixa etária vivem em domicílios chefiados por mulheres com rendimento médio de no máximo dois salários mínimos (IBGE, 2000). A feminização da pobreza vem aumentando progressivamente e atualmente coloca a figura da mulher como alvo estratégico de ações de inclusão social. Esse conceito já é adotado mundialmente para definir essa particularidade dos estudos sobre pobreza, como salienta Novellino (2002, p.1):

O conceito “feminização da pobreza” representa a idéia de que as mulheres estão ficando mais pobres do que os homens. De acordo com o *Human Development Report* 1995: a pobreza tem o rosto de uma mulher – de 1,3 bilhões de pessoas na pobreza, 70% são mulheres. A pauperização das mulheres tem sido relacionada a um aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres. Como consequência, os estudos sobre feminização da pobreza têm se voltado, principalmente, para analisar as famílias chefiadas por mulheres.

Wortmann (1987) define a família de baixa renda como matrifocal, isto é, tem o homem como uma figura provisória e temporária. Essa estrutura familiar é basicamente formada pela mulher, seus filhos e seus parentes. A principal definição da família de baixa renda, feita pelo autor, assim se configura:

Uniãos maritais consensuais e transitórias reconhecidas como legítimas pelo próprio grupo social; legitimidade dos filhos de tais uniões no plano ideológico do grupo; uniões esporádicas com ou sem co-residência socialmente aprovadas; ênfase maior nos laços mães-filhos, comparados aos laços pais-filhos e aos laços conjugais; grupos domésticos com chefia feminina, propriedade da casa pela mulher; mãe permanente como ponto focal do grupo doméstico e parceiros masculinos circulantes; dependência com relação a uma rede de parentesco articulada pelas mulheres; importância dessa rede para o equilíbrio da unidade



de mãe-filho; viés matrilateral da rede de parentesco (p. 299).

A família reproduz nela mesma a tensão entre o exercício moderno do individualismo e a necessidade de pertencimento (Favart-Jardon, 2002). Esta tensão, acrescida da importância que a família tem na formação das representações e da memória dos indivíduos, coloca esse espaço como privilegiado para estudos de relações interpessoais e do processo de transmissão intergeracional das vivências compartilhadas.

### **Memórias sociais e autobiográficas**

O conceito de memória social, da forma como vem sendo apropriado atualmente, tem basicamente suas origens nos pressupostos originalmente formulados pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs e pelo psicólogo inglês Frederic C. Bartlett (Sá, 2005; Sá, Vala & Möller, 1996).

Influenciado pela sociologia de Durkheim, as idéias de Halbwachs valorizavam os aspectos coletivos de conceitos até então entendidos como basicamente individuais, como a consciência e a representação (Namer, 1987). Tanto Halbwachs quanto Durkheim acreditavam que o comportamento individual era regido a partir de leis de causalidade social. Assim, a idéia da existência de uma liberdade pessoal estava limitada, na sua gênese, por uma espécie de determinismo coletivo. Enfatizando a impossibilidade de se pensar a memória como uma estrutura mental individual, Halbwachs (1925/1994, 1950/1990) afirma que os indivíduos lembram dentro de um grupo social, usam referências determinadas pela sociedade, têm a tendência a utilizar as memórias de outras pessoas para reforçar suas próprias, e se baseiam em uma estrutura de linguagem e comunicação na construção de suas lembranças.

Isto não quer dizer que, por serem todas memórias coletivas, as pessoas lembrem sempre a mesma coisa. Na verdade, segundo Halbwachs, as lembranças individuais são pontos de vistas de uma situação vivida coletivamente. Vários desses pontos de vista, vividos em grupos diferentes, respondem pelo aspecto individual da memória. No bojo desta concepção, a memória é social porque está apoiada em "quadros sociais" de referência que estruturam nossa memória e a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. São eles: monumentos, patrimônio arquitetônico, paisagens, datas, personagens históricos, tradições e costumes, regras de interação, folclore e música, e até mesmo tradições culinárias.

No campo da psicologia social, um dos principais teóricos foi Frederic C. Bartlett fortemente influenciado pela escola inglesa de antropologia, cujo trabalho enfatizou o aspecto construtivo da memória. O conceito talvez mais importante inaugurado por Bartlett no âmbito da memória social foi o de "convencionalização social" (Bartlett, 1932/1995). A convencionalização social se refere aos processos pelos quais um sistema cultural ou um de seus elementos (um texto, uma imagem, uma idéia) é transformado quando transferido de um grupo para o outro, até que toma uma forma distinta, estável e aceita pelo grupo receptor e ajustada às técnicas e convenções estabelecidas há muito tempo dentro do grupo (Jodelet, 1999).

Novas possibilidades no estudo da memória social, em termos do seu conteúdo e vêm se apresentando atualmente com a aproximação teórico-metodológica entre a teoria das representações sociais, inaugurada por Serge Moscovici (1984) entre 1961 e 1976, as perspectivas teóricas de Halbwachs quanto à memória coletiva e as teorizações acerca da convencionalização social de Bartlett. Um ponto comum entre essas três perspectivas é a importância que elas atribuem aos fatores sociais na construção e no funcionamento do pensamento e da memória em sociedade.

Podemos dizer que existe uma relação de complementaridade entre esses dois campos de estudo. Se, por um lado, as representações sociais vêm em busca de tornar o não familiar em familiar por meio da comunicação entre os indivíduos e grupos sociais no dia-a-dia e, portanto, no presente, é no passado que os grupos encontram os elementos que organizam e dão sentido a essas representações. A memória, por sua vez, é constituída de representações sociais do passado, que se apresentam sob a forma de lembranças e



reminiscências (Jedlowski, 1997). Assim, tanto a memória integra o conteúdo representacional quanto as representações sociais fazem parte das lembranças. A memória se alimenta de lembranças do passado, mas é configurada pelo presente e por tudo o que o influencia. Além disso, as representações sociais atuais podem influir na determinação do conteúdo que as lembranças terão no futuro, pois, segundo Roussiau e Bonardi (2002, p. 36), "as representações sociais são guias ou filtros no momento em que o indivíduo tiver de fazer escolhas de informações e conhecimentos que serão armazenados".

Os conceitos de memória social e de representações sociais podem ser vistos como conceitos que se sobrepõem. Pertencendo aos registros do pensamento social, a representação social e a memória são processos que se somam no entendimento do indivíduo no que se refere à sua qualidade de ser social, ou seja, à sua identidade social. A relação entre memória e identidade é sentida tanto no plano individual, permitindo um sentimento de continuidade, quanto no plano coletivo, favorecendo um sentimento de pertencimento aos membros do grupo (Jodelet, 1999).

Poderemos ter reconstruções diferentes do nosso passado em função da identidade social que assumimos no momento de lembrar. Portanto, ao falar de memória é importante relacioná-la ao grupo social no qual a pessoa está inserida, já que a memória está a serviço da identidade do grupo e tende sempre a reforçá-la. Segundo Meihy (1996, p. 96):

A memória social é o conjunto das manifestações de grupos que guardam visões articuladas sobre si e sobre o mundo. A base cultural de algumas comunidades explica a adesão de setores sobre princípios gerais, éticos ou políticos que amplas camadas das populações organizam.

Memória é trabalho de reconstrução e depende da convivência das pessoas com os grupos de referência a que estão expostas (Bosi, 2003). Por isso, buscamos nas memórias da vida pessoal de mães e filhas o conteúdo social e compartilhado da exclusão. Nesse sentido, incorporamos ao quadro de referência teórico-conceitual desta pesquisa uma corrente no estudo da memória social que permite apreender o social por trás das narrativas individuais: a memória autobiográfica.

As pesquisas em memória autobiográfica vêm sendo desenvolvidas pela corrente naturalista ou observacional da psicologia cognitiva americana, e se orientam para a investigação dos aspectos estruturais e de organização das memórias pessoais. Resultados do estudo da memória autobiográfica têm corroborado as proposições comuns a Halbwachs e a Bartlett quanto a um entretencimento das experiências vividas com as condições sociais de vida das pessoas.

Como um dos mais atuantes pesquisadores de memória autobiográfica, Conway (1995) identifica três níveis de conhecimento autobiográfico, que se organizam para dar forma à lembrança do jeito que conhecemos: (a) períodos de vida – largos períodos de tempo, tipicamente medidos em anos, que representam as metas, planos e temas do Eu, durante períodos particulares; (b) eventos gerais – registros de eventos extensos e repetidos que ocorrem durante períodos de semanas e meses; (c) eventos específicos – lembranças de imagens, sensações, odores e outras características sensório-perceptuais associadas a uma experiência. A memória de eventos gerais contém conhecimento que pode ser usado para acessar detalhes sensório-perceptuais dos conhecimentos de eventos específicos (CEE). Através dessa organização hierárquica das lembranças, o conhecimento contido nos "períodos de vida" permite o acesso aos "eventos gerais" e o conhecimento destes leve, por sua vez, ao acesso aos CEE

Os níveis de conhecimento autobiográfico são representados em estruturas de conhecimento na memória de longo prazo e são organizados em termos de conhecimento temático e temporal. A memória autobiográfica, segundo Conway (1998) possui informações sobre o indivíduo e suas experiências pessoais; no entanto, a maioria dos eventos em nossas vidas são rotineiros e são fundidos em uma memória genérica que contém os elementos comuns da experiência.



Conway (1998) também salienta a importância de se observar a identidade geracional nos estudos de memória autobiográfica, já que membros de uma mesma coorte geracional compartilham experiências e conhecimentos comuns:

Os problemas existenciais histórico-sociais enfrentados por uma coorte geracional e a conceitualização destes problemas pelos membros individuais da coorte conduzem à construção de planos e metas que são similares entre os indivíduos de uma coorte (p. 60).

Nesta perspectiva, os membros de uma coorte geracional compartilham suas experiências e conhecimentos comuns na memória autobiográfica e semântica. As pesquisas realizadas com esse enfoque determinam o final da adolescência e o começo da vida adulta como o período de formação da identidade geracional. Durante a formação do "Eu" estável, que normalmente acontece no período de transição entre a infância e a vida adulta, o sujeito tende a agrupar as memórias mais importantes que irão influenciar sua identidade. Essa característica da memória autobiográfica é chamada de *boom* de reminiscência. No começo da vida adulta, o indivíduo se identifica como membro de um grupo social e incorpora seu papel nesse grupo; mais tarde, por volta dos 35 anos, o sujeito tem condições de fazer uma narrativa coerente de sua vida e as lembranças mais vívidas e em maior número serão as lembranças do *boom*.

Segundo Echabe e Castro (1998), existe uma relação estreita entre memória, identidade social e práticas sociais. Uma das hipóteses importantes a ser considerada na presente pesquisa é a formação de uma identidade social pelo grupo de sujeitos, a partir da vivência de situações semelhantes e da reconstrução de sua memória. O passado, assim como as vivências de cada um, são identitários e compõem o que chamamos do "Eu". Os membros de grupos sociais partilham momentos e situações comuns e suas memórias são, portanto, sociais; no entanto, existe uma dimensão idiossincrásica defendida pelo indivíduo ao trazer seu passado à tona. A sensação de ser dono de seu próprio passado confere identidade ao "Eu" presente, sem que isso negue a possibilidade dos participantes de um grupo social terem similaridades no que lembram e principalmente como lembram.

A idéia da transmissão intergeracional de padrões de comportamento é amplamente estudada e diz respeito ao que se passa entre as gerações (Jedlowski, 2001). Ao falarmos sobre isso, normalmente nos remetemos à cultura de uma sociedade e à sua história, mas existem situações que podem ser estudadas em uma dimensão microsocial como na família. A família é o primeiro e menor núcleo social a que um indivíduo está exposto, e, portanto, o lugar privilegiado de absorção dos valores, idéias, percepções e memórias do grupo social do qual faz parte. A memória familiar é a memória de cada membro e também de seu conjunto. Estudar a memória na família é uma forma de visualizar exatamente o que Halbwachs quer dizer com a dimensão social que a memória apresenta (Favart-Jardon, 2002). Segunda a autora, "cada memória familiar individual é plural e se estende tanto nos registros individuais quanto coletivos" (p.312).

A memória, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. Um dos aspectos mais importantes da teoria de Halbwachs é a importância atribuída à linguagem e à comunicação entre os grupos na formação da memória social ou intersubjetiva como depõem Fentress e Wickham (1992, p.8):

Halbwachs tinha por certo razão ao afirmar que os grupos sociais constroem as suas próprias imagens do mundo estabelecendo uma versão acordada do passado e ao sublinhar que estas versões se estabelecem graças à comunicação, não por via das recordações pessoais.

A linguagem é a maneira pela qual a memória se expressa; entender a narrativa pode dar pistas bastante importantes sobre como a memória está organizada e como ela se coloca no contexto de interação que exigiu seu resgate. Dependendo do contexto, a narrativa e, conseqüentemente, a memória serão reorganizadas. Portanto, as lembranças



trazem, além dos conhecimentos autobiográficos dos acontecimentos em si, o conhecimento semântico relacionado ao ambiente social dos indivíduos (Conway, 1998). A memória é entendida como um dos importantes fatores responsáveis pela transmissão geracional. Nas transmissões familiares, a expectativa criada entre a geração mais velha e a mais nova se reflete na memória dessa família e no modo pelo qual essa memória vai ser transmitida (Favart-Jardon, 2002). A família é o local mais identitário para o sujeito, é onde ele se define, segundo Bosi (2003), é o lugar onde o indivíduo é mais fortemente destinado.

A forma de, na presente pesquisa, as mulheres entrevistadas reviverem e reverem suas histórias pela oralidade dá conta de um material rico de acontecimentos autobiográficos, que na maioria das vezes não está organizado em forma de eventos específicos que poderiam, por exemplo, estar relacionados a fatos históricos ou políticos. A memória autobiográfica do grupo estudado está mais relacionada aos períodos de vida extensos que trazem à tona o cotidiano, e às situações relacionadas ao que Bosi (2003) chama de grandes marcos da memória tais como casamento, nascimento, morte de entes queridos, primeiro filho, etc.

### **Método**

Consistiu o objetivo da presente pesquisa em descrever e comparar a formação da memória autobiográfica pautada em uma vivência de pobreza e exclusão, a partir da análise dos conhecimentos autobiográficos que compõem os períodos de vida das mulheres pesquisadas. Entendendo que a formação das famílias de baixa renda tem a mulher/mãe como componente principal e mais importante na manutenção dos vínculos familiares, estas memórias foram investigadas junto a mulheres e suas filhas. Além disso, foram verificadas as práticas de transmissão intergeracional que revelavam aspectos da dimensão psicossocial de perpetuação das condições sociais vividas pelos sujeitos.

O recorte de gênero aqui adotado decorre das observações prévias da natureza das famílias excluídas evidenciadas, não apenas em um estudo exploratório prévio que realizamos, mas também em diversas pesquisas desenvolvidas nesse contexto, que mostram, sistematicamente, as famílias de classes mais pobres sendo formadas, em sua estrutura básica, por mulheres e seus filhos, aos quais se acrescentam eventualmente companheiros e outros agregados (Salem, 1981; Santos, 1978; Woortmann, 1987; Rocha-Coutinho, 1994). Essas mulheres são, na maioria das vezes, as provedoras financeiras e responsáveis pela manutenção do grupo familiar.

Nossas colaboradoras compreenderam um total de trinta mulheres que viviam na cidade do Rio de Janeiro, divididas em dois grupos de mães e filhas: (a) um grupo principal de 15 mulheres com idades entre 35 e 57 anos, moradoras de favelas ou invasões; (b) um grupo secundário de 15 filhas das mulheres do grupo principal, com idades a partir dos 17 anos. As mulheres que compunham o grupo das filhas também eram mães. Acompanhamos aqui a estratégia delineada por Rocha-Coutinho (1994), que, em sua pesquisa sobre o universo feminino, salienta a importância de poder resgatar as falas de mães e filhas submetidas à influência de discursos diferentes e muitas vezes contraditórios:

Preferimos fazer uso de pares de mães e filhas a fim de, ao termos possibilidade de confrontar os depoimentos, melhor podermos observar as representações nas filhas do tipo de autoridade utilizado em sua casa e das expectativas de suas mães em relação ao papel a ser desempenhado e à posição a ser por elas ocupada na sociedade quando adultas (p.164).

O recorte de idade do grupo principal de colaboradoras seguiu a orientação de Conway (1998), que argumenta ser a partir dos 35 anos que as lembranças da etapa da vida entre 12 e 21 anos – isto é, o “boom” de reminiscências – ficam mais nítidas. Além



disso, a partir de 35 anos o indivíduo é capaz de desenvolver uma narrativa de vida, organizando sua memória em torno de um "eu" mais estável.

#### *Coleta e Análise dos dados*

Entrevistas semidiréticas, conduzidas segundo um roteiro previamente elaborado, foram realizadas nas residências das colaboradoras e, com a autorização destas, gravadas. As entrevistas foram transcritas e submetidas a um processo de análise de conteúdo, a partir das cinco grandes áreas temáticas em que se organizava o próprio roteiro: (a) Vida atual; (b) Infância; (c) Vida amorosa; (d) Condição social; (e) Arrependimentos e esperanças.

As respostas a cada questão foram submetidas a um processo de categorização que fez emergir as palavras ou sentenças que simbolizavam a força expressiva dos acontecimentos e opiniões mais importantes. A categorização levou em conta a relevância que o tema apresentado tinha em cada questão e também no conjunto das lembranças. As colaboradoras foram tomadas como "unidades de enumeração", de modo que não importavam quantas "unidades de registro" (falas) cada um deles tivesse em uma dada categoria, mas apenas a presença ou ausência daquele tipo de rememoração (categoria).

As categorias evidenciadas através do tratamento quantitativo mínimo acima descrito foram objeto de uma análise qualitativa considerando o inteiro conjunto de histórias que nossas colaboradoras nos proporcionaram.

### **Resultados**

Os resultados globais são apresentados sob a forma de textos interpretativos que se organizam em torno de cada uma das cinco grandes áreas temáticas que representam os marcos de vida que as colaboradoras apresentaram como norteadores de suas narrativas, quais sejam: lembranças da infância, vida amorosa, balanço da condição social, esperanças e arrependimentos.

#### *Lembranças da vida*

As mães trabalharam na infância e, por isso, associam poucas lembranças boas a essa fase, em que as dificuldades financeiras foram marcantes. Tiveram uma mãe rígida, mas trabalhadora, e muitas perderam a mãe cedo por problemas de saúde. O pai não suscita boas lembranças, sempre calado ou ausente. Poucas se lembram de terem brincado ou se divertido e percebem uma perda significativa na qualidade da vivência do que significa ser criança. Acham que deixaram de ser criança ainda cedo, transformando-se definitivamente em adultas quando começaram a ter os seus filhos.

As filhas brincaram e se divertiram mais que suas mães e não trabalharam tanto na infância. Lembram de uma vida familiar violenta e de uma mãe rígida e muitas vezes ruim. Resgatam boas lembranças da escola e acham que viraram adultas quando perderam a inocência, ou seja, no momento que entraram em contato, por algum motivo, com as vivências do mundo adulto (vivência sexual, mundo do trabalho, violência).

As mães estudaram até a quinta série e, portanto, têm no máximo cinco anos de estudo; muitas são o que chamamos de analfabetas funcionais, ou seja, passaram pelos bancos da escola durante alguns anos, mas não dominam a escrita e a leitura. Estão desempregadas e sem condições de voltar ao mercado de trabalho, antes ocupado, na maioria das vezes, com o trabalho doméstico remunerado. A dificuldade de reinserção no mercado tem várias causas, sendo as principais: acúmulo de demandas em casa, como cuidado de netos, filhos e parentes doentes e os problemas de saúde incapacitantes. O número de filhos é elevado, com relato de pouca ou nenhuma utilização de métodos contraceptivos durante a vida sexual ativa. Suas casas estão precisando de reparos estruturais e móveis e isso causa desconforto e sofrimento no dia-a-dia. Pouco se divertem, a não ser assistindo à televisão.

As filhas têm nível educacional melhor do que as mães, mas também se encontram deficitárias para serem inseridas no mercado de trabalho. O ofício de doméstica, além de pouco valorizado, não se apresenta como opção para a maioria das entrevistadas, que relatam não saber cuidar da casa. O aumento da escolaridade e o não aparecimento de



lembranças ligadas ao trabalho na infância, aliados a boas lembranças de brincadeiras, sugerem que as filhas puderam ser crianças e não foram desde cedo “preparadas” para serem donas-de-casa como suas mães. As diversões atuais ficam por conta da televisão e dos filhos. As filhas têm poucos filhos, mas também relatam dificuldades em utilizar métodos contraceptivos e, principalmente, em planejar sua gravidez.

#### *Vida amorosa*

As mães não apresentam boas lembranças da vida amorosa, que revelam ser fonte de sofrimento e solidão, e não tiveram com suas mães uma relação de diálogo sobre casamento e sexo. Alegam que eram inocentes e sonhadoras quando investiram na vida a dois e que seus maridos não corresponderam a suas expectativas. Esse parceiro, além de violento e ausente, trocava de parceira com muita facilidade e não ajudava na manutenção financeira como se esperava e nem na criação dos filhos.

As filhas vivenciam uma vida a dois com mais esperança e, por serem ainda muito novas, acreditam que não terão o destino de desilusão experimentado por suas mães.

#### *Balanço da condição social*

A vida é mais difícil pela falta de trabalho e dinheiro para as mães. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho, assim como a baixa escolaridade, são, em parte, responsáveis por essa percepção. A vida da mulher é mais difícil do que a do homem pelas responsabilidades assumidas na casa e na criação dos filhos; no entanto, em relação ao mercado de trabalho, acreditam que está difícil para todos. A percepção de vida boa é associada a paz, saúde e dinheiro, visão compartilhada pela sociedade como um todo, mas que, no grupo das mães, configura-se como desejos reprimidos por uma vida de privações e sofrimentos. Algumas acreditam que suas mães viveram em um tempo melhor para as mulheres e que, portanto, podem ter tido uma vida mais agradável. Essa conclusão não é calcada em relatos ou lembrança de vivências da infância, mas na visão idealizada do tempo em que as mulheres eram sustentadas pelos homens e o mundo era melhor, porque era menos violento e com mais oportunidades.

As filhas acham que a vida é mais difícil principalmente pela falta de dinheiro e também de oportunidades de trabalho. Têm clareza de que a vida das suas mães foi e é pior que as suas próprias, principalmente por terem ainda diante de si um futuro para mudar seu destino. Acreditam que a mulher está numa situação desprivilegiada em relação ao homem, principalmente no que diz respeito à responsabilidade de ter de assumir os filhos.

#### *Esperanças e arrependimentos*

As mães têm na força de vontade sua maior esperança para reverter o quadro de miséria em que se encontram; o importante, dizem, é não esmorecer diante das dificuldades e continuar enfrentando as adversidades. Têm no local de moradia a maior fonte de desejo de mudança, por ser esse espaço violento e não garantir segurança para seus filhos, além da falta de infra-estrutura e de serviços básicos acessíveis. Acreditam que, se tivessem estudado mais no passado, poderiam estar vivendo um presente menos difícil e pensam ser esse o melhor conselho que podem dar a seus filhos, em quem hoje depositam suas esperanças de futuro. Acham que driblar as dificuldades associadas a uma vida de exclusão social passada por gerações envolve, além da força de vontade, um pouco de ajuda externa, ou seja, de oportunidades.

As filhas compartilham com as mães a idéia de que a força de vontade pode ser determinante na discriminação entre aqueles que conseguem progredir financeiramente e aqueles que não conseguem. Sonham com uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, para mudarem de *status* social e poderem sair do local de moradia. A escolaridade também é um fator importante para ajudar na obtenção de um emprego melhor em qualidade e remuneração.

### **Discussão e conclusão**

Falar de exclusão social como fenômeno socioeconômico nos remete, muitas vezes, a estudos envolvendo estatísticas, índices oficiais, tabelas, gráficos e todo o instrumental necessário para guiar macro-políticas e pensar soluções viáveis para o problema no país. No presente estudo, focalizamos os aspectos subjetivos da vivência da exclusão, como





ela afeta as práticas sociais, as histórias de vida e as memórias autobiográficas de nossas colaboradoras. A exclusão é mais do que o resultado de uma situação socioeconômica desfavorável, é uma condição que define quem a ela está submetido e envolve sentimentos, cognições, tomadas de decisão e comportamentos. Ouvindo nossas colaboradoras, pretendemos nos aproximar desse conhecimento e permitir a elas o desvelar dos significados ocultos e ocultados de suas vivências. Nosso encontro foi com a vida que pulsa por trás do que conhecemos como exclusão social. Esta história é delas e somente elas podem contá-la, como argumenta Takashima (1994, p.91):

Nas famílias, as pessoas devem se reapropriar de suas capacidades e criatividade em elaborar e escrever sua trajetória histórica tornando-se, mesmo em meio a suas fragilidades, necessidades de apoio e assistência, em sujeitos de direito a uma cidadania; portanto, meio e fim de um mesmo processo.

Cada lembrança traz consigo conteúdos do passado e da vivência dos fatos lembrados, mas também a lógica do presente, com todas as suas interferências, como aspectos culturais, socioeconômicos, representações sociais, crenças e percepções, que estruturaram o passado trazido à tona por seu porta voz, o sujeito que lembra. A pobreza e a vivência contínua dessa realidade levam a um empobrecimento da memória social, pela falta de espaços socialmente propícios ao compartilhar desse passado. Halbwachs (1990) nos mostra que características como linguagem restrita, carência de informações sobre fatos da vida nacional, distanciamento de referências institucionais levam a uma precariedade dos "marcos sociais da memória".

Como argumenta Conway (1998), depois dos 35 anos de idade o indivíduo é capaz de olhar para trás e organizar sua história em torno da identidade geracional que foi formada no começo da vida adulta, período em que ocorre a identificação com o grupo social e o sentimento de pertença a esse grupo. Nas histórias de nossas colaboradoras, percebemos que as mães conseguem resgatar memórias mais bem organizadas em períodos de vida, mais ampliadas e estruturadas entre si. As filhas organizam seus relatos autobiográficos em memórias episódicas, e por estarem ainda na idade de construção de sua identidade geracional, trazem conteúdos mais ligados à infância, ainda próxima do seu dia-a-dia.

As histórias das mães e das filhas entrevistadas guardam semelhanças entre si, consequência da intergeracionalidade da vivência da exclusão, bem como disparidades, em consonância com o tempo social e histórico do qual cada uma delas faz parte. Transformações importantes se deram nas últimas décadas no que diz respeito às noções de ser mulher, das leis que protegem as crianças e os adolescentes, da valorização da escola, da vulgarização de informações sobre a psicologia do desenvolvimento, entre outras. Essas transformações geraram mudanças nas representações sociais e nas práticas dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade em que vivemos. Não obstante, no caso das nossas entrevistadas, apesar de encontrarmos diferenças entre as realidades vividas pelas mães e pelas filhas, as semelhanças e a repetição são as marcas fortes e determinantes do futuro que se descortina para as novas gerações.

No campo das representações sociais, Vala (2000) argumenta que a imersão em um mesmo contexto de relações e práticas sociais, suscita representações semelhantes, fato que acontece também com a memória social. Segundo Halbwachs (1994), a vivência em um mesmo grupo social afetaria a forma de organizar e selecionar as memórias, pois o lembrar é social. As mulheres participantes desta pesquisa têm como principal característica a falta de perspectiva de ascensão social, marca indelével da condição de miserabilidade e que interfere diretamente em suas cognições e estratégias de sobrevivência. A emergência de um presente de muitas carências leva tanto ao abandono de projetos de futuro quanto à dificuldade em organizar memórias e lembranças do passado. Encontramos nas falas das entrevistadas esperanças e sonhos que carecem de comportamentos e planos de metas voltados para a sua efetiva realização, apesar de terem claro o que querem e o que precisam. Isso indica uma incongruência entre o



pensar e o agir, provavelmente fruto de uma vivência que não apresenta saídas disponíveis e alcançáveis para a exclusão social.

A renda é sem dúvida um fator determinante na definição de um miserável, mas os estudos sobre exclusão apontam a educação como um meio importante de reversibilidade dessa situação. Essa consciência da importância da educação como meio de ascensão social esteve muito presente nas falas das colaboradoras, no entanto a escola não faz parte das principais escolhas que elas fizeram nos últimos anos em suas vidas. Isto pode estar indicando uma série de variáveis que interferem na permanência dos mais pobres na escola, dentre as quais se encontram: inadequação da escola para lidar com a pobreza, fato que geraria a sistemática evasão escolar nesse grupo social; necessidade de geração de renda imediata e, portanto, falta de tempo para ir à escola; gravidez precoce; vida muito presa às necessidades do presente, sem compromisso com os ganhos futuros que a promessa da escolaridade poderia oferecer.

Concluímos que as vidas das mães e das filhas seguem trajetórias semelhantes, dado que as dificuldades de ambas apresentam as mesmas características marcadas por sua condição de mulheres em um meio social desprivilegiado. Mesmo vivendo diferenças geracionais, algumas situações são pregnantas em ambas as histórias de vida. Suas memórias autobiográficas trazem sempre à tona a vida de seu grupo social, seja nos relatos de uma infância de violência e trabalho, ou em uma vida atual de altos e baixos financeiros, recheada de situações de desemprego e de carências materiais, além da vida amorosa de solidão, sentindo-se vítimas da armadilha de seus próprios sonhos de uma vida feliz ao lado do companheiro. As esperanças são direcionadas para a busca da conquista de seu espaço na sociedade; não pedem nada de graça, não contam com a sorte, pedem apenas oportunidade para "irem à luta" atrás de seus sonhos. Enfim, tudo isso reproduz o cotidiano das mulheres de seu grupo social.

### Referências bibliográficas

- Bartlett, F. C. (1995). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press. (Original publicado em 1932).
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Conway, M. A. (1995). Autobiographical knowledge and autobiographical memories. Em D. C. Rubin (Org.), *Remembering our past: Studies in autobiographical memory* (pp. 67-93). Cambridge: Cambridge University Press.
- Conway, M. A. (1998). El inventario de la experiencia: Memoria e identidad. Em D. Paez; J. F. Valencia; J. W. Pennebaker; B. Rime & D. Jodelet (Eds.), *Memorias colectivas de procesos culturales y políticos* (pp. 49-78). Bilbao: Universidad del País Vasco.
- Echabe, A. E. & Castro, J. L. G. (1998). Social memory: Macropsychological aspects. Em U. Flick. (Eds.), *The Psychology of the social* (pp. 91-106). Cambridge: Cambridge University Press.
- Favart-Jardon, E. (2002). Women's family speech: A trigenerational study of family memory. *Current Sociology*, 50(2), 309-319.
- Fentress, J. & Wickham, C. (1994). *Memória social*. (T. Costa Trad.). Lisboa: Teorema. (Original de 1992).
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. (Original publicado em 1950).



- Halbwachs, M. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Édition Albin Michel. (Original publicado em 1925).
- Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE) (2000). *Censo demográfico 2000*. Brasília: IBGE.
- Jedlowski, P. (1997). Collective memories: Theoretical, methodological and practical issues. Em: Jedlowski, P. (Org.). *Small-Group Meeting on Collective Memory* (pp. 23-30). Bari: European Association of Experimental Social Psychology, Università di Bari e Università di Roma "La Sapienza".
- Jedlowski, P. (2001). Memory and Sociology: Themes and issues. *Time & Society*. 10(1), 29-44.
- Jodelet, D. (1999) Pensée et mémoire sociale. Em D. Jodelet (Ed.), *Manuel de psychologie sociale* (pp. 111-159). Paris: J. P. Petard Ed.
- Meihy, J. C. S. B. (1996). *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representation. Em R. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations* (pp. 3-70). Cambridge: Cambridge University Press.
- Namer, G. (1987). *Memoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- Novelino, M. S. F. (2002). Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999). Em Associação Brasileira de Estudos populacionais (Org.), *Anais, XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos populacionais* (pp. 21-27). Ouro Preto: Editora Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco Editora.
- Roussiau, N. & Bonardi, C. (2002). Quelle place occupe la mémoire sociale dans le champ des représentations sociales? Em S. Laurens & N. Rousiau (Orgs.), *La mémoire sociale: Identités et représentations sociales* (pp. 33-49). Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Sá, C. P. (2005). As memórias da memória social. Em C. P. Sá (Ed.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 63-86). Rio de Janeiro: Ed. Museu da Republica.
- Sá, C. P.; Vala, J. & Moller, R. C. (1996). Memória social, representações e atribuição causal: Um estudo comparativo sobre o quinto centenário de 1492. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 48(1),3-19.
- Salem, T. (1981). *Mulheres faveladas* (Perspectivas Antropológicas da Mulher, Vol. 1). Rio de Janeiro: Zahar.
- Santos, M. (1978). *Pobreza urbana*. São Paulo: HUCITEC.
- Takashima, G. K. (1994). O desafio da política de atendimento à família: Dar vida as leis: Uma questão de postura. Em S. M. Kaloustian (Org.), *A família Brasileira: A base de tudo* (pp. 77-92). São Paulo: Cortez – UNICEF.



Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. Em J. Vala & M. B Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (4a ed.). Pp. 457-502. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vitale, M. A. F. (2002). Socialização e família: Uma análise intergeracional. Em M. C. B. de Carvalho (Org.), *A família contemporânea em debate* (pp.89-96). São Paulo: Cortez.

Woortmann, K. (1987). *A família das mulheres*. Brasília: Tempo Brasileiro.

### **Notas sobre os autores**

*Luciene Alves Miguez Naiff* - Doutora em psicologia social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora titular do Programa de pós graduação *stricto sensu* em psicologia social da Universidade Salgado de Oliveira, pesquisadora do Centro Internacional de Pesquisas sobre a Infância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Endereços para contato: Rua Conselheiro Olegário 34/103 Maracanã. Rio de Janeiro – e-mail – [lunaiff@oi.com.br](mailto:lunaiff@oi.com.br)

*Celso Pereira De Sá* – Professor Doutor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor do Programa de pós graduação *stricto sensu* em psicologia social da UERJ. Endereços para contato \_ Rua São Francisco Xavier, UERJ –Rio de Janeiro – e-mail- [sá.celso@gmail.com.br](mailto:sá.celso@gmail.com.br)

**Data de recebimento: 23/03/2006**  
**Data de aceite: 30/12/2007**